



CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ
ESTADO DE SÃO PAULO

Identificação da Norma

LEI N° 4876/1996

Ementa

DETERMINA RESTITUIÇÃO DE PAGAMENTO DE ASFALTAMENTO NÃO HAVIDO PELO PLANO COMUNITÁRIO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO.

Data da Norma

14/10/1996

Data de Publicação

18/10/1996

Veículo de Publicação

Imprensa Oficial do Município-

Matéria Legislativa

[Projeto de Lei n° 6863/1996](#) - Autoria: Erazê Martinho

Status de Vigência

Revogada

Observações

Veto Total Rejeitado

OBRAS - pavimentação

Autor: ERAZÊ MARTINHO

Histórico de Alterações

Data da Norma

23/10/1998

Norma Relacionada

[Lei n° 5190/1998](#)

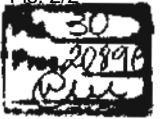
Efeito da Norma Relacionada

Revogada por



Câmara Municipal de Jundiaí
São Paulo

GABINETE DO PRESIDENTE
(proc. 20.898)



LEI Nº. 4.876. DE 14 DE OUTUBRO DE 1996


Determina restituição de pagamento de asfaltamento não havido pelo Plano Comunitário de Obras de Pavimentação.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ,
Estado de São Paulo, conforme a rejeição de veto total pelo Plenário em 08 de outubro de 1996,
promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Será restituído, acrescido dos juros do mercado financeiro,
o pagamento havido nos termos da Lei nº. 2.673, de 30 de novembro de 1983, que instituiu o Plano
Comunitário de Obras de Pavimentação - PCP, por asfaltamento não realizado no prazo fixado.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, em quatorze de outubro de
mil novecentos e noventa e seis (14/10/1996).


ANTÔNIO CARLOS PEREIRA NETO
"Doca"
Presidente

Registrada e publicada na Secretaria da Câmara Municipal de
Jundiaí em quatorze de outubro de mil novecentos e noventa e seis (14/10/1996).


WILMA CAMILO MANFREDI
Diretora Legislativa